

DAS ORIGENS AO COLAPSO DO ESTADO DE BEM-ESTAR: UMA RECAPITULAÇÃO DESMISTIFICADORA.

Luís Antonio Groppo
Professor do Programa de Mestrado em Educação do
Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal),
Unidade Americana.

RESUMO: O artigo investiga as origens do Estado de Bem-estar e a sua acomodação ao sistema capitalista, destacando suas intercessões com o fordismo, as transformações na estrutura de classes e o advento da “sociedade de consumo”. O Estado de Bem-estar, ao mesmo tempo “reformista” e “interventor”, parecia conformar um todo coerente e duradouro, cujos direitos sociais propalados aparentemente tinham eterna vigência garantida, incluindo uma educação pública gratuita, de qualidade e inclusiva. No entanto, a crise do sistema capitalista, anunciado pelas revoltas estudantis e operárias desde o final dos anos 1960, demonstrou os limites do Estado de Bem-estar que, logo, entrou em colapso.

Palavras-chave: Estado de Bem-estar; Estado interventor; reformismo; fordismo; capitalismo; estrutura de classes.

FROM THE ORIGINS TO THE COLLAPSE OF WELFARE STATE: A DEMYSTICAL RECAPITULATION.

ABSTRACT: The article investigates the origins of Welfare State and his accommodate to capitalist system, detaching his intercessions with the fordism, transformations in class structure and the advent of “society of consumption”. The Welfare State, in the same time, “reformist” and “interferer”, appearances to conform a coherent and durable totality, whose social wrights promised appearances to has eternally duration. However, the crisis of capitalist system, propelled by student and worker revolts since the last years of the sixties, demonstrated the limits of Welfare State, that, soon, enter into crisis.

Keywords: Welfare State; Interferer State; reformism; fordism; capitalism; class structure.

DAS ORIGENS AO COLAPSO DO ESTADO DE BEM-ESTAR: UMA RECAPITULAÇÃO DESMISTIFICADORA.

É importante para um repensar histórico sobre a educação no século XX, a investigação das origens do Estado de Bem-Estar e a sua acomodação ao sistema capitalista, destacando suas intercessões com o fordismo, as transformações na estrutura de classes e o advento da “sociedade de consumo”. O Estado de Bem-estar, ao mesmo tempo “reformista” e “interventor”, parecia conformar um todo coerente e duradouro, cujos direitos sociais propalados aparentemente tinham eterna vigência garantida, incluindo uma educação pública gratuita, de qualidade e inclusiva. No entanto, a crise do sistema capitalista, anunciado pelas revoltas estudantis e operárias desde o final dos anos 1960, demonstrou os limites do Estado de Bem-estar que, logo, entrou em colapso.

Parto da questão da integração entre o Estado moderno (do qual o *Welfare State* é um dos seus tipos históricos) e o capitalismo. De certo modo, o *Welfare State* (que passo a chamar a partir daqui de Estado de Bem-estar) revela diversos aspectos desta integração – tanto durante o seu sucesso quanto na sua decadência. Aspectos estes que obrigam a qualquer análise sobre ele dar conta da estrutura de classes sociais, das lutas políticas e sociais – entre classes e dentro das burguesias –, a construção de instituições sob princípios universalistas (seja a liberdade de mercado, seja a cidadania) funcionando dentro de um modo de produção gerador de tremendas desigualdades sócio-econômicas e, enfim, a tendência secular de internacionalização e – como é mais claro atualmente – globalização da economia capitalista.

Cada um destes aspectos aponta a emergência e a decadência, mesmo por critérios funcionalistas, do Estado de Bem-estar: a busca de um modelo que suavizasse os conflitos de classe, a busca de uma rotina que aliasse crescimento econômico com distribuição de renda (impedindo a temida “Revolução”), a construção de instituições que resolveriam – no âmbito estatal – as querelas advindas dos diferentes interesses de classe e de frações de classe. A aceleração da internacionalização e, enfim, da globalização da economia, num primeiro momento constrói a possibilidade do Estado de Bem-Estar – durante o período de enorme crescimento econômico no Pós-2ª Guerra Mundial. Mas, num segundo momento, este mesmo Estado que se demonstrava tão funcional para o planejamento da economia nacional e a solução dos problemas sociais passa a se mostrar inoperante, nestas funções, diante de novos contextos em que a economia capitalista passa a transcender os limites fixados, em geral, de modo problemático, pelas fronteiras nacionais.

Para Renato Ortiz a modernidade e o capitalismo, que inicialmente precisaram do desenvolvimento do Estado nacional para se fortalecerem, passam a transcender as fronteiras sócio-culturais e econômicas do Estado Nação¹ (o que, como já alerto, de modo algum significa desaparecimento do Estado, mas sim a metamorfose das suas articulações com a economia de mercado capitalista). A partir de Ortiz, poderia dizer que, à fase que abrange o auge do Estado de Bem-estar, correspondeu também o auge das possibilidades do Estado fomentar o mercado capitalista nacional e sustentar a fidelidade dos “cidadãos” (a “identidade nacional”) para além dos interesses de classe (e a própria “consciência de classe”). Primeiro, pela efetividade de seus mecanismos de intervenção na economia e planejamento, que se mostraram suficientes para dar conta dos principais problemas gerados pelos ciclos de acumulação capitalista enquanto este transcendeu pouco a chamada “internacionalização da economia” (quando a divisão do trabalho mundial ainda tinha como um sustentáculo primordial os limites fixados pelos mercados nacionais). Segundo, pela capacidade de interiorizar nas suas estruturas e instituições – do Estado de Bem-estar – interesses de classe, antagonismos e conflitos entre classes e frações da burguesia, de modo a se tornar, talvez, o principal referencial da “identidade social”, competindo ou adormecendo a “consciência de classe”.

Na verdade, utilizo o termo Estado de Bem-estar, nestas colocações, como um “tipo extremo” do Estado “interventor” – que pode ser empiricamente apontado como o modelo adotado na Europa Ocidental. Trata-se das políticas e instituições criadas pelo Estado interventor da segunda metade do século XX com a intenção deliberada e direta de garantir preceitos mínimos de “qualidade de vida” (daí o “bem-estar”) para todos os cidadãos sob os auspícios daquela sociedade nacional, daquele Estado. Neste sentido, apenas alguns Estados assumiram todas (ou grande parte) das principais características deste Estado “assistencialista”. Mas em todos os Estados “interventores”, inclusive nos países do “Terceiro Mundo” que se transformaram em Estados desenvolvimentistas (como o Brasil), foram adotados ao menos alguns aspectos do *Welfare State*.

No final do século XIX, o capitalismo na Europa Ocidental e nos EUA já começa a rever alguns dos seus pressupostos. John Gray demonstra que, na Inglaterra, o próprio desenvolvimento dos problemas sociais decorrentes da implementação da “economia de livre mercado” levou à adoção, inicialmente de modo mais pragmático e “espontâneo”, de medidas que desmanchavam a chamada “sociedade de livre mercado”, na qual a sociedade funcionava para o bem do mercado econômico.² Gray, baseado em Karl Polany (de *A grande transformação*), explica que o Estado fora ele próprio o construtor desta “economia de livre mercado”, inspirado em uma versão ortodoxa do liberalismo econômico. Primeiro, através do desmanche de instituições comunitárias e tradicionais que garantiam, a indivíduos e famílias, a proteção contra as vicissitudes das flutuações do mercado. Segundo, através de medida que implementaram o “livre mercado de trabalho”, medidas estas que sempre foram determinantes para a construção de uma economia de livre mercado (como comprovam hoje as medidas adotadas pelas políticas “neoliberais”).

É possível interpretar que, durante a 2ª Guerra Mundial, nesta mesma Inglaterra, agora a partir de um grande consenso social, o Estado passou a encapar um novo projeto de “transformação social” – tratava-se do *Welfare State*. Na Inglaterra, as medidas iniciais, que iriam implementar mais fortemente este Estado de Bem-Estar, foram obra do Partido Conservador, o que comprova o clima de consenso em torno da necessidade de intervenção social do Estado. Este consenso social e político girou em torno da necessidade do Estado impedir ou resolver os problemas sociais e econômicos resultantes do livre mercado irrestrito.

Mas há também um desenvolvimento das forças de produção que ajudam a explicar este Estado de Bem-Estar, agora em sua face mais estrita de “planejador”. Como se tornara patente desde o final do século XIX (principalmente na Alemanha e Estados Unidos), a livre especulação, sem normas ou freios, estava na verdade criando monopólios, oligopolizando setores da economia, criando trustes e cartéis, sob os auspícios, muitas vezes, do capitalismo financeiro (em que grandes bancos se aliavam a corporações, financiando-as para que elas controlassem setores do mercado). Ao mesmo tempo, os governos contraíam enormes empréstimos, de maneira que parte importante do capital se transferiu da esfera privada para a esfera pública.³ O Estado passa a ser um agente primordial na própria economia capitalista – não mais simplesmente exercendo a função de “cão de guarda” contra revoltas sociais, ou implementando à força instituições do livre mercado.

Há enfim, para compreender esta origem, a questão das lutas de classe. O Estado de Bem-estar tem sua origem também no fato dos Estados, em resposta às reivindicações das classes trabalhadoras, criarem certos órgãos para atendê-las, como, por exemplo, a previdência social, a ampliação da rede educacional e a assistência média.

É um dos lados do contínuo crescimento, ainda no século XIX, de sindicatos e até de partidos operários, bem como de seu reconhecimento e absorção pelo Estado de Bem-estar. O Estado “liberal” passa, primeiro, a considerar certas reivindicações operárias, e, logo, admitir os movimentos dos trabalhadores e incorporá-los ao sistema político.

Keynes é a base, ao menos em parte, do Estado de Bem-estar, não apenas nos seus pressupostos econômicos, quanto nas suas preocupações com os efeitos sociais negativos do livre mercado (que poderiam tornar o próprio capitalismo inviável). Seguindo Keynes, os Estados passam a interferir na economia para garantir pleno emprego, via taxa de juros insignificantes que estimulariam empresas privadas a crescer e aumentar o número de seus empregados, além da criação de estatais e iniciativas de obras públicas que acolheriam trabalhadores. Preconizava-se, por fim, a ajuda social aos desempregados. A questão do “pleno emprego”, justificada por Keynes principalmente em termos macroeconômicos, também teria o seu lado sócio-político, já que se tratava também de impedir a convulsão do sistema pelas lutas de classe e pela revolução. Afinal, os exemplos dos socialismos eram reais – não mais apenas opções teóricas.

Os efeitos da crise do período Entre-Guerras e a própria Segunda Guerra, segundo Hobsbawm, transformaram-se em “lições” que levaram os “reformadores” capitalistas, ainda antes do final da 2ª Guerra Mundial (como nas reuniões de Breton Woods), a rever o modelo “liberal” capitalista: elegeu-se uma moeda central e hegemônica para estabilizar o sistema financeiro global (o dólar); adotou-se o planejamento econômico contra a falta de restrição do livre mercado; e adotou-se o modelo do Estado de Bem-estar diante do perigo do desemprego em massa.⁴ Deste modo, o capitalismo do pós-guerra, para além da sobrevivência em relação ao socialismo, teve um espantoso crescimento – praticamente ininterrupto entre o final da 2ª Guerra Mundial e a crise do petróleo, em 1973.

Neste sentido, criava-se um consenso, nos países capitalistas, em torno do que Boaventura de Sousa Santos chama de “Reformismo”, ou seja, o apoio ao processo político em que movimentos operários e aliados impediram a redução do social à lógica do mercado econômico, o que fez com que se incorporassem institucionalidades que garantiram a existência de relações e interdependências “(...) não-mercantis, cooperativas, solidárias e voluntárias”.⁵ O Estado reformista, nos termos de Boaventura de Sousa Santos, trata-se praticamente do mesmo que venho chamando de Estado de Bem-estar.

O reformismo implantou mecanismos institucionais que procuravam regular a economia, garantir proteção social contra riscos sociais, garantir segurança contra desordem e violência – promovia-se uma nova articulação entre os princípios do Estado, mercado e comunidade, articulação esta fixada e mediada pelo Estado. O reformismo procurava fazer imperar a lógica da normalização, ou seja, a proposta “(...) de que só é normal a mudança social que pode ser normalizada”.⁶ Como metapressuposto, o reformismo é o contraponto da Revolução, tida como mudança social anormal – ainda que, com ironia, Boaventura de Sousa Santos aponta que, geralmente, o reformismo era implantado em um país após uma revolução político-social.

Como foi acima indicado, a incorporação de institucionalidades que faziam do Estado a via de mediação entre comunidade e mercado, ampliou consideravelmente a estrutura administrativa do Estado. O custo seria pago pelos burgueses e segmentos sociais com mais poder aquisitivo, via taxas e impostos. Deste modo, para além da seguridade social, o Estado se transformava num agente de redistribuição da renda. Não apenas no seu aspecto de garantia de “bem-estar” este Estado funcionava em prol da “justiça social”, mas também, ao menos teoricamente, na sua prática redistributiva. Digo, “teoricamente”, porque, ao mesmo tempo, este Estado (possuidor de estatais, com suas políticas fiscal, financeira e cambial, bem como seu enorme fundo público) se transforma no foco de lutas internas dos setores da burguesia. Os vencedores destas lutas abocanham maiores fatias e parte da riqueza da burguesia passa a vir de privilégios deste fundo público.⁷

Há também um outro importante componente nesta interface Estado de Bem-estar, capitalismo e lutas de classe. Trata-se da relação entre o pacto reformista (em torno do Estado de Bem-estar) e o “fordismo”. Ao compromisso político e social entre as classes, ainda que de

modo tácito, muitas vezes, corresponde o compromisso (também tácito) dos principais setores das classes operárias com o modelo fordista (de processo de trabalho, de relações de produção e economia). Há, portanto, uma correspondência entre Estado de Bem-estar, crescimento da economia mundial no Pós-Segunda Guerra e fordismo, que procurarei demonstrar. Correspondência esta que começou a ser quebrada no final dos anos 1960 – vindo a causar, no início dos anos 1970, a decadência do Estado de Bem-estar, ao mesmo tempo em que chegavam ao fim os altos índices de crescimento da produção capitalista, além da substituição paulatina (ou conjugada) do fordismo por modelos mais “flexíveis” de relações de produção.

Gramsci, em texto escrito em 1934, comentando sobre o fordismo e o *New Deal* de Roosevelt, reflete sobre a tendência à universalização do fordismo e do taylorismo, revelada pelo “sucesso” da experiência norte-americana.⁸ Reflete sobre como a composição de classes nos EUA facilitou a passagem ao fordismo. A Europa de então possuía uma estrutura de classes que dificultava a adoção do fordismo, dada a maior presença das “classes parasitárias” herdadas da história passada europeia, história esta que deixou “(...) grande número de sedimentações passivas através dos fenômenos de saturação e fossilização do pessoal estatal e dos intelectuais, da propriedade fundiária ao comércio de guerra e do exército (...)”.⁹ Estas condições preliminares da estrutura de classes, mais o uso da Força (com a destruição do sindicalismo de base territorial) e a Persuasão (altos salários, benefícios sociais e propaganda), nos EUA, criavam mais rapidamente aí uma sociedade de “massa”, ou seja, uma sociedade “racionalizada”, em que estruturas dominam mais imediatamente as superestruturas que são simplificadas e reduzidas em número. Começa a se criar aí um “novo tipo humano”. Taylor indicou de modo cínico e brutal o que pensava ser este novo homem desejado, que considerava um “gorila amestrado”. Tratava-se da “(...) redução das operações produtivas apenas ao aspecto físico-maquinal”.¹⁰ Tal criação necessitava deste novo homem um equilíbrio psicofísico tremendo, equilíbrio este que precisava, de algum modo, ser mantido também fora do trabalho.

Quanto ao bem-estar promovido pelos altos salários (uma tendência generalizada no setor industrial no mundo ocidental no Pós-Segunda Guerra), este era, segundo Gramsci, uma arma de dois gumes. Os altos salários poderiam ser usados pelos trabalhadores na busca de prazeres inusitados, criadores de “indisciplina”, já que desgastariam sobremaneira o trabalhador e reduziriam seu equilíbrio psicofísico. Gramsci relata estratégias iniciais, inclusive na própria Ford, de vigilância do trabalhador também fora do trabalho, invadindo sua vida cotidiana, preconizando a “moralização”.

De certo modo, a convergência entre Estado de Bem-estar e fordismo ilustra como esta necessidade do capitalismo se deu em meio a “compromissos” sociais reformistas. Por um lado, se preconizava a necessidade de bem-estar geral – o consenso reformista. Por outro, mesmo que de modo tácito, as classes trabalhadoras aceitavam a disciplina estrita no trabalho: a hierarquia, a vigilância, a perda total do controle do processo de trabalho etc. O advento do fordismo e do Estado de Bem-estar levam ao extremo a “separação” entre as esferas da vida “pública” e privada, anunciado e realizado desde o início do capitalismo industrial. O trabalho torna-se o momento da disciplina e da produtividade. O trabalhador “entrega-se” à rotina naquelas horas em que vende sua força de trabalho. No entanto, como compensação, na sua vida cotidiana, a felicidade é garantida pela sociedade (via Estado de Bem-estar e altos salários).

De modo esquemático, é possível dizer que a nova “ética de consumo” resolveu, de modo bastante engenhoso, a contradição que Gramsci anunciou (ainda que tal ética tenha inaugurado outras, como se verá). Inserem-se aí diversas das discussões sobre a sociedade de “massa”, como a “multidão solitária” de David Riesman, a sociedade unidimensional de Marcuse, a cultura de massas de Edgar Morin e a indústria cultural de Adorno e Horkheimer. A vida cotidiana transforma-se no momento de liberdade, de prazer, de lazer... Mas estes

tendem a ser controlados por novas instituições, valores e práticas, como o consumismo, a ética do consumo, os meios de comunicação de massa, a cultura de massa, a indústria cultural...

O modelo do Estado de Bem-estar logo atingiria seus limites e exorbitaria suas contradições. Isto se deu pela primeira vez, justamente, nesta contraposição entre trabalho e vida cotidiana. Por um lado, os trabalhadores industriais passaram a usar o consenso em torno do fordismo para conquistar mais “vantagens” – e até propor medidas que ultrapassavam o fordismo. Por outro, os movimentos juvenis, das classes médias urbanas em todo mundo, passaram a deslegitimar o consenso “reformista”, desconfiando da suposta “felicidade” oferecida por esta sociedade que já começava a chamar-se de “afluente”.

Já nos anos 1960 as classes trabalhadoras operárias forçam por mais garantias sociais, mais salários, democratização no processo de trabalho e até certo controle da produção. Maio e junho de 1968, na França, na greve geral e até mesmo no movimento estudantil que deu origem a esta greve, ilustram a quebra do “compromisso” fordista. Reivindicações como a “autogestão” continuam, em potencial, diversas das reformulações no processo de trabalho chamadas depois de “flexibilização”, que foram implantadas a partir dos anos 1970 por iniciativa dos patrões. A “autonomia”, através da flexibilização, transforma-se em novos métodos de exploração do trabalho através do controle da “mente” (do operário).¹¹

As mobilizações sociais também foram proeminentes entre os futuros membros das “novas classes médias”. Tratam-se dos protestos e movimentos sócio-culturais (dos movimentos estudantis à Contracultura) dos jovens de classe média (principalmente estudantes universitários) que seriam os futuros profissionais “qualificados” inseridos em setores gerenciais do setor produtivo ou encargos fundamentais dos setores não-produtivos. Eles passam a ver seu futuro de modo diferente daquele dos seus pais (que enxergavam na formação profissional de seus filhos a esperada “ascensão social” da família “pequeno burguesa”). Neste momento, parecem confluir conflito geracional, revolta contra os novos desenvolvimentos da divisão do trabalho social (ainda sob o modelo fordista) e insatisfação contra o materialismo mesquinho que compunha a “felicidade” prometida pelo Estado de Bem-estar.

Os movimentos juvenis nos anos 1960, mais que os operários, conformaram correntes sociais transnacionais. Foram correntes mundiais que romperam com os limites fixados pelo Estado e pela nação como instâncias legítimas de reivindicação social e luta política. De um certo modo, os movimentos juvenis revelaram (mas não derrubaram) as estratégias do capitalismo contra a organização mundial das classes trabalhadoras. Se o imperialismo e as guerras mundiais jogavam nações umas contra as outras (colocando a identidade nacional contra a consciência de classe), o reformismo e as garantias do Estado de Bem-estar satisfaziam necessidades de indivíduos e grupos que se deixavam representar pelo Estado provedor, legitimando aquele capitalismo de face aparentemente mais democrática e social.

Em 1968, revelava-se que, por trás da aparente tranquilidade da sociedade nacional regida por um Estado afetuoso, pulsavam as contradições e as lutas de classe – que não podem ser tomadas nunca de modo simplista, por sinal, pois, como se viu, realidades sociais como as categorias etárias e as gerações são importantes para compreender os conflitos sociais dos anos 1960. Esta aparente democratização social promovida pelo Estado de Bem-estar e a sociedade afluenta chegou a gerar explicações alternativas – para quem da estrutura de classes -, através da concepção democrático-pluralista do Estado de Bem-estar, como em obras de T. Parsons (*The sociology of the conflict*), Robert Dahl e S. Martin Lipset. De modo simplificado, tal concepção tendia a dizer que as classes sociais desapareciam no capitalismo de então, e o poder político nas sociedades ocidentais tornava-se mais difuso, competitivo e fragmentado – todos e cada um, diretamente ou via grupos organizados, teriam algum “poder” (mas nunca em demasia).

O final da “Era de Ouro” da economia mundial – cuja efetividade foi muito maior nos países capitalistas desenvolvidos, ainda que tenha havido altos níveis de crescimento nos países socialistas e “subdesenvolvidos” – marca, para muitos, a crise do Estado de Bem-estar. Como se viu, o modelo reformista parecia atingir seus limites, não mais detendo os conflitos sociais – e gerando, enfim, novos conflitos que demonstravam a crise da legitimidade da sociedade capitalista. Por sua vez, diante da queda do crescimento econômico, que alimentava tanto os altos salários, quanto os recursos do Estado de Bem-estar e os rendimentos da burguesia, corporações e classes burguesas reclamam pela necessidade de retomar a “lucratividade”. Ao mesmo tempo, via-se o predomínio crescente dos setores burgueses controladores do capital financeiro. A divisão mundial do trabalho ultrapassava a fase da “internacionalização do capitalismo” e ingressava no seu sucedâneo lógico e histórico, a globalização. A globalização do capitalismo enfraqueceu o poder de controle da economia pelo Estado. Enfim, diminuiu muito o temor de uma generalizada revolução social, diante do colapso do comunismo soviético.

Na década de 1980 ficou mais clara a crise do pacto reformista.¹² Chegava ao fim a simetria entre repetição e melhora. O capitalismo global também destruiria o primeiro pressuposto do reformismo: a capacidade do Estado organizar a economia e a sociedade no interior de um país. Hoje, cada vez mais, a força do Estado passa a ser usada para submeter todas as relações sociais à lógica mercantil.¹³ Formou-se, na verdade, uma nova articulação – mais direta e íntima – entre Estado e mercado. O Estado passa a legitimar e até gerir nos espaços nacionais as exigências do capitalismo global.

Novas articulações, portanto, entre mercado capitalista (em processo de globalização), Estado nacional (em fase de “reforma” e de crise da identidade nacional) e estrutura social parecem se formar. Estas novas articulações precisam ser avaliadas nas suas correspondências com a estrutura de classes e as tensões entre classes e frações de classe. Octavio Ianni desde logo presume a constituição de uma “sociedade civil mundial”, a partir da constatação de que a reflexão sobre a atual conformação da estrutura de classes precisa ser feita em âmbito mundial, global.¹⁴ Entre seus apontamentos, forma-se uma classe trabalhadora mundial que – retomando os termos de Marx –, ainda é apenas uma “classe em si”, mais ainda não uma “classe para si”.

Mas esta discussão já estaria extrapolando os limites propostos aqui. De todo modo, espero ter demonstrado que o Estado de Bem-estar, a situação da estrutura de classes que lhe corresponde, as “ideologias” em torno da sociedade da afluência e do fim das classes sociais, bem como a acordo tácito entre trabalho e capital, são fenômenos que fazem parte de um momento da história das sociedades modernas – mais estritamente capitalistas. Um tempo que, muitas vezes, ainda que com boas intenções, parece ser visto por alguns críticos do presente como um “tempo melhor”. Entretanto, se a resignação me parece um mal, o saudosismo em relação ao Estado de Bem-Estar é certamente outro.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho, 5ª ed., São Paulo: Boitempo, 2001.

FARIA, José Eduardo. “Direitos humanos e globalização da economia”, In: *Estudos de Sociologia*, Departamento de Sociologia da Unesp, Araraquara, n. 6, 1º semestre de 1999, p. 5-20.

FERREIRA, Pedro R. “O Estado moderno”, In: Nelson D. Tomazzi (coord.). Iniciação à Sociologia, São Paulo: Atual, 2000, p. 133-154.

GRAMSCI, A. “Americanismo e fordismo”, In: Cadernos do Cárcere, vol. 4, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 238-282.

GRAY, John. Falso amanhecer, Rio de Janeiro, Record, 1999.

HOBBSAWM, Eric J. Era dos Extremos. O breve século XX: 1914-1991, São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. A sociedade global, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

ORTIZ, Renato. Um outro território. Ensaio sobre a mundialização, 2ª ed., São Paulo: Olho D’Água, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado”, In: L. C. Bresser Pereira et al. (orgs.). Sociedade e Estado em transformação, São Paulo: Editora da Unesp, 1999, p. 243-221.

Notas

¹ ORTIZ, Renato. Um outro território. Ensaio sobre a mundialização, 2ª ed., São Paulo: Olho D’Água, 2001.

² GRAY, John. Falso amanhecer, Rio de Janeiro, Record, 1999.

³ FERREIRA, Pedro R. “O Estado moderno”, In: Nelson D. Tomazzi (coord.). Iniciação à Sociologia, São Paulo: Atual, 2000, p. 133-154.

⁴ HOBBSAWM, Eric J. Era dos Extremos. O breve século XX: 1914-1991, São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado”, In: L. C. Bresser Pereira et al. (orgs.). Sociedade e Estado em transformação, São Paulo: Editora da Unesp, 1999, p. 243-221. p. 244.

⁶ SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para uma reinvenção...”, p. 244.

⁷ FERREIRA, Pedro R. “O Estado moderno”.

⁸ GRAMSCI, A. “Americanismo e fordismo”, In: Cadernos do Cárcere, vol. 4, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 238-282.

⁹ GRAMSCI, A. “Americanismo e fordismo”, p. 243.

¹⁰ GRAMSCI, A. “Americanismo e fordismo”, p. 260.

¹¹ ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho, 5ª ed., São Paulo: Boitempo, 2001.

¹² SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para uma reinvenção...”.

¹³ Ver também FARIA, José Eduardo. “Direitos humanos e globalização da economia”, In: *Estudos de Sociologia*, Departamento de Sociologia da Unesp, Araraquara, n. 6, 1º semestre de 1999, p. 5-20.

¹⁴ IANNI, Octavio. A sociedade global, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.